CMDIM Conselho Municipal dos DIREITOS da MULHER MAFRA SC	**ATA DE REUNIÃO**	Folhas: 03

1. Identificação		
Data	18/11/25	
Horário	**Início:** 14h	**Término:** 15h30
Local	Sala de Reuniões do Centro de Referência Especializado em Assistência Social - CREAS	
Participantes	Carina Rodrigues de Souza Consul, Araci Turchen Makohin (Secretaria de Assistência Social e Habitação); Giselle Alessandra Mehl Cordeiro, Joseane Gelowat (Clube Soroptimista Intern. de Rio Negro) Juliana Karolina Nasato (38º Batalhão de Polícia Militar); Junyara Nunes Pereira (Polícia Civil); Maike Sheila Tschoeke Steidel, Jaqueline Evanizi Pedro (CRESS 12ª Região Planalto Norte); Veridiana Mendes Lazzari Zaine (Ordem dos Advogados do Brasil - OAB); Maria de Lourdes Pereira Stein (Associação das Senhoras de Caridade de Mafra S.V.P.); Dircelene Dittrich Pinto (Câmara de Vereadores); Soely Koene Sallai (CREAS); Luiza Wielieski (Clube Soroptimista); Dircelene Dittrich Pinto, Vitória Nader Dutra (Câmara Municipal de Vereadores); Maria Cleonice Bayer (sociedade civil).	

2. Pauta
Reconstituição da Diretoria; Audiência Pública da Procuradoria da Mulher; Apresentação da Minuta de Alteração da Lei do CMDIM.

3. Discussão
Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas, reuniu-se o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Mafra (CMDIM), na sala de reuniões do Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS. A presidente do CMDIM, senhora **Veridiana Mendes Lazzari Zaine**, declarou aberta a reunião, dando as boas-vindas às conselheiras e convidadas. Inicialmente, foi apreciada e aprovada a ata da reunião anterior. Na sequência, a secretária executiva, **Araci Turchen Makohin**, procedeu à leitura das correspondências expedidas e recebidas. Dentre elas, registrou-se resposta do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher referente à reformulação da Lei de Criação do CMDIM, especialmente quanto às dúvidas apresentadas pela comissão responsável pela elaboração da minuta. A

conselheira **Giselle Alessandra Mehl Cordeiro** esclareceu que as principais dúvidas dizem respeito ao Fundo do Conselho, uma vez que os modelos encaminhados são de municípios de maior porte e com realidades distintas da localidade. Dando prosseguimento, a presidente passou a palavra à vereadora **Dircelene Dittrich Pinto**, presidente da Procuradoria da Mulher, que explanou sobre o **Seminário Municipal de Combate à Violência contra a Mulher**, realizado com o objetivo de levantar dados e subsídios para a audiência pública marcada para o dia **25 de novembro**, às **19 horas**, em alusão ao Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher. Destacou a necessidade de definição da pauta da audiência pública, sugerindo sua organização por eixos temáticos, de modo a orientar as propostas de políticas públicas para o município. A presidente Veridiana salientou que diversas pautas vêm sendo discutidas há algum tempo no âmbito do Conselho e que a audiência pública representa uma oportunidade para fortalecer e defender as bandeiras do CMDIM. Na sequência, **Maria Cleonice Bayer** apresentou as pautas definidas a partir das deliberações do Seminário, sendo elencadas as seguintes propostas: Produção de vídeos informativos, de fácil acesso e compreensão, com linguagem adequada a todos os usuários da Rede; Confecção de banners e outdoors nas principais vias do município, contendo contatos dos serviços de atendimento; Realização de pedágios e ações de sensibilização em eventos; Anúncios em rádio e televisão em rede aberta, visando alcançar mulheres da área rural; Orientações em rodas de conversa nas escolas; Palestras nas escolas, com conteúdos adaptados a cada faixa etária; Competições de paródias com temas relacionados à violência contra a mulher nas escolas; Identificação de potenciais agressores e promoção de reflexões preventivas; Criação de comitês de ética nas escolas, envolvendo alunos e profissionais; Desenvolvimento de aplicativos com informações sobre direitos e deveres e orientações sobre situações de violência; Formação de grupos de apoio nos postos de saúde, com dinâmicas e rodas de conversa; Oferta de aulas de autodefesa acessíveis à população em geral (escolas, postos de saúde, centros de convivência e associações de moradores); Capacitação de profissionais em defesa pessoal e primeiros socorros; Qualificação profissional para pessoas em situação de vulnerabilidade; Implantação de grupos reflexivos para autores de violência; Efetiva execução das leis já existentes de proteção à mulher. Quanto à produção dos vídeos, a vereadora Dircelene sugeriu que sejam elaborados pela equipe de Comunicação do Legislativo. **Soely** sugeriu que os vídeos sejam produzidos pelos próprios alunos. **Jaqueline** propôs que os trabalhos sejam desenvolvidos ao longo do ano letivo, com início em março — período em que o calendário estadual aborda a violência doméstica — e culminância com premiação no mês de novembro, ressaltando a importância da concessão de prêmios aos estudantes. A presidente Veridiana destacou a relevância do tema autoestima, sendo corroborada pela conselheira Giselle, que enfatizou a necessidade de trabalhar o tema também junto aos autores de violência, buscando a superação do ciclo de violência sob uma nova perspectiva. Em relação aos outdoors, a vereadora Dircelene informou que tentará viabilizar a ação por meio da Procuradoria da Mulher, mencionando-se a possibilidade de patrocínios. Soely sugeriu a elaboração de um projeto a ser apresentado ao CMDCA, com equipe capacitada e cronograma definido. Foi destacado que a criação de uma **Diretoria ou Coordenadoria específica** deve ser prioridade na audiência pública. Quanto à qualificação profissional, sugeriu-se a articulação com o **Sistema S** e a **Casa da Cultura**. Deliberou-se que o **Grupo Reflexivo para agressores** deverá ser vinculado ao Poder Judiciário e que a defesa da execução das leis existentes ficará a cargo da Procuradoria da Câmara, CMDIM e OAB. A conselheira Giselle informou que os temas também serão discutidos em reunião do Clube Soroptimista, com posterior encaminhamento das deliberações. A definição dos responsáveis pela defesa das

pautas será realizada oportunamente. Na sequência, a presidente deu continuidade à pauta com a **reconstituição da Diretoria**, verificando-se que o mandato da atual diretoria encontrava-se expirado. A legislação prevê mandato de dois anos, com possibilidade de recondução por igual período. A secretária executiva informou que encaminhará ofícios às instituições para fins de regularização e legitimação do exercício de 2025. Diante da vacância do cargo de vice-presidência, procedeu-se à eleição, sendo a conselheira **Maike** voluntária para o cargo, com aprovação unânime das conselheiras. Prosseguindo, foi abordada a **minuta de reformulação da Lei de Criação do CMDIM**, ocasião em que a presidente Veridiana destacou preocupações relativas ao quórum de participação e à representatividade do Conselho. Ressaltou que a legislação de 2019 reduziu o número de conselheiras, em comparação à lei de 2001, que previa maior amplitude e representatividade, incluindo mais secretarias municipais e a existência de cargo de tesoureira e previsão orçamentária vinculada à assistência social — dispositivos que nunca foram efetivamente implementados. Diante das inconsistências legais identificadas entre decretos regulamentadores, deliberou-se pela necessidade de revisão cuidadosa da legislação, visando o fortalecimento do Conselho, ampliação da participação institucional, criação ou reativação do Fundo e previsão orçamentária para viabilização das ações. Foi sugerida a inclusão de novas secretarias municipais, como Educação e Administração, sem especificação nominal, além da possibilidade de parceria com instituições de ensino e áreas afins. A conselheira Maike esclareceu que a proposta em discussão contempla a composição do Conselho por oito instituições governamentais e oito não governamentais. A presidente ressaltou que a indicação das instituições deverá priorizar aquelas que atuem diretamente na defesa dos direitos das mulheres. Informou-se que a minuta encontra-se em fase de evolução, estando agendada reunião da Comissão e da Diretoria para o dia primeiro de dezembro, no CCI, com apresentação às demais conselheiras prevista para a reunião ordinária de dezembro. Nos informes finais, foi comunicado que o espaço do Conselho na programação da Rádio Nova Era será cedido para divulgação da audiência pública pela Procuradoria da Câmara. Nada mais havendo a tratar, a presidente agradeceu a presença de todas e encerrou a reunião, sendo lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada por quem de direito.